

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA N° 003/2023 DO COMITÊ DE
INVESTIMENTOS DO IPMS**

Data: 03 de março de 2023

Participantes: Joel de Barros Bittencourt
João Ramos Junior
Onézimo Soares Ribeiro

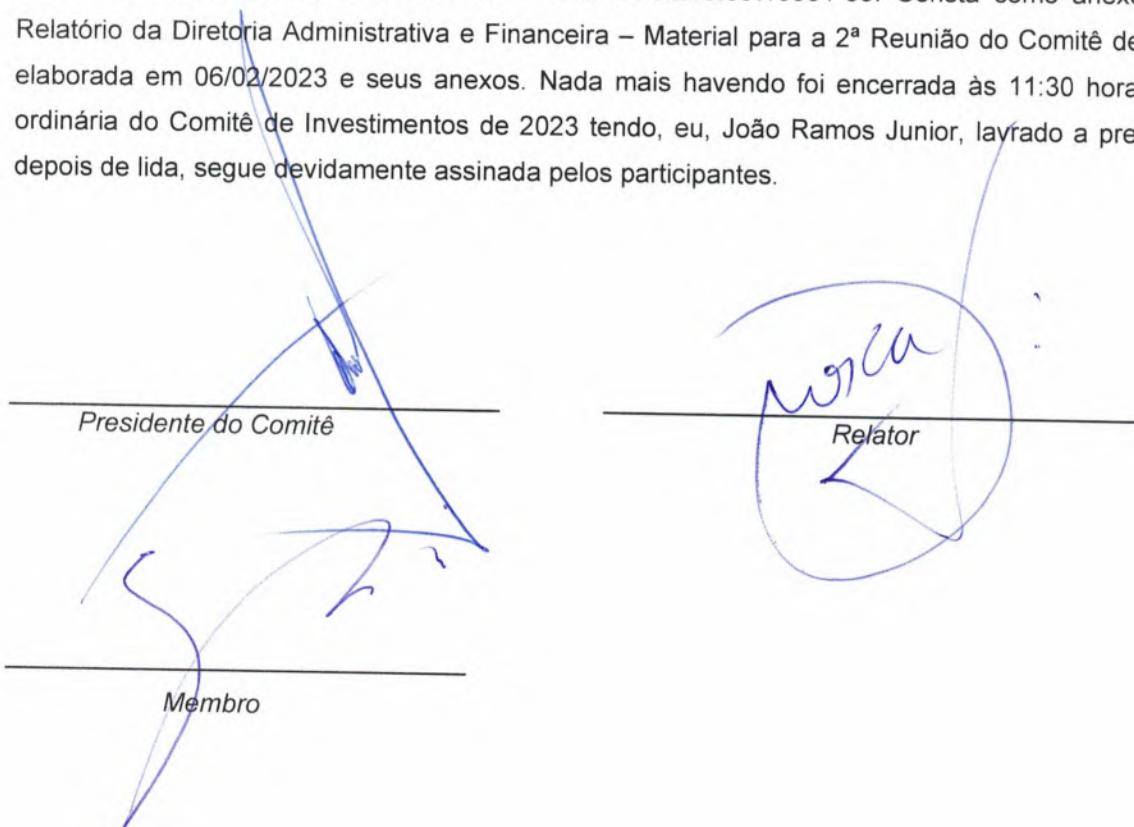
Na Sala de Reuniões, realizou-se a 3ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SUZANO – IPMS dirigida por seu presidente, Joel de Barros Bittencourt, com início às 09:15 horas do dia 03 de março de 2023. **DELIBERAÇÕES:** Dado início à reunião do Comitê de Investimentos, o presidente inicia a reunião com base no relatório elaborado pela Diretoria Administrativa e Financeira o qual será utilizado ao longo da reunião e será anexado a esta ata. O presidente inicia com o Item 1 do Relatório destacando as movimentações realizadas no mês de fevereiro de 2023. Conforme decidido na 2ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos em 2023, na CEF foram aplicados R\$ 12.919 milhões no CAIXA FI BRASIL 2024 IV TP RF – CNPJ 20.139.595/0001-78, referentes aos ingressos das contribuições previdenciárias e amortização do fundo de véspera 2024 administrado pela Caixa. Além disso, foram resgatados R\$ 65.000,00 do CAIXA BRASIL FI RF REFERENCIADO DI LONGO PRAZO – CNPJ 03.737.206/0001-97 para o pagamento de despesas administrativas e R\$ 875.000,00 do CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RENDA FIXA – CNPJ 23.215.097/0001-55 para pagamento de despesas previdenciárias. No Banco do Brasil houve o pagamento de R\$ 88.536,34 referentes à amortização semestral do fundo de véspera 2024 administrado pela BB DTVM (BB PREVIDE XXI (2023) – CNPJ 44.345.590/0001-60) sendo que os recursos foram aplicados no BB PREV RF PERFIL – CNPJ 13.077.418/0001-49. O presidente informa que recebeu comunicado da Diretoria Administrativa e Financeira que, por erro da CEF, foram aplicados em 17/02/2023 R\$ 5.462 milhões no CAIXA TÍTULOS PÚBLICOS RF – CNPJ 05.164.356/0001-84 além da aplicação solicitada de R\$ 5.462 milhões no CAIXA FI BRASIL 2024 IV TP RF – CNPJ 20.139.595/0001-78 na mesma data. Tal erro foi retificado pela CEF em 22/02/2023, com o resgate total do CAIXA TÍTULOS PÚBLICOS RF – CNPJ 05.164.356/0001-84 no valor de R\$ 5.464.868,95, sendo que a diferença entre o valor aplicado e o valor

resgatado no valor de R\$ 2.868,95 foi incorporado à carteira do IPMS. O presidente passou diretamente para a análise de rentabilidade da carteira do IPMS, uma vez que não foram registradas convocações ou publicados fatos relevantes dos fundos de investimento o qual o Instituto possui aplicações. Para a análise da rentabilidade o presidente discorreu o Mapa de Rentabilidade da Carteira em conjunto com os Relatórios de Posição de Investimentos em 28/02/2023 e 02/03/2023 (item 3, 4 e 5 do relatório). A rentabilidade total da carteira situou-se em 1,63%, sendo que houve um recuo na rentabilidade total devido ao desempenho do mês de fevereiro/2023, mesmo assim a rentabilidade se mostra superior ao IPCA do período, que foi de 1,37%. O desempenho foi negativo no mês devido ao comportamento da renda variável, sendo que a carteira total teve uma perda de cerca de R\$ 1,58 milhão, sendo que em cada segmento o desempenho foi o seguinte: i) renda fixa: lucro de R\$ 4,76 milhões; ii) renda variável: prejuízo da ordem de R\$ 6,43 milhões e iii) investimentos no exterior: resultado positivo quase nulo de aproximadamente R\$ 90,21 mil. Há de se avaliar tal resultado com bastante cautela, visto que há um cenário de volatilidade em todos os segmentos do mercado financeiro, especialmente na renda variável. O presidente passou a analisar o Relatório dos principais índices dos Fundos Aplicados pelo IPMS posições de 28/02/2023 e 02/03/2023 em conjunto com os relatórios de rentabilidade da CEF do mesmo período. (itens 6 a 9 do relatório). Verifica-se que no mês de fevereiro/23 o segmento que apresentou melhor rentabilidade no segmento de renda fixa continuou a ser o IDKA IPCA 2A, com rentabilidade de 1,62% no mês e o IMA-B 5, com rentabilidade de 1,41% no mês, reforçando o já verificado em janeiro que os títulos do "miolo da curva", isto é, os com *duration* média entre 2 a 2,5 anos apresentaram a melhor rentabilidade no mercado. O segmento de renda variável apresentou forte recuo em relação ao mês anterior, com resultado em fevereiro/2023 de -7,49% no Ibovespa e -7,79% no Índice de Governança Corporativa (IGC). Apesar do bom desempenho do IMA-B 5 e do IDKA IPCA 2A no mês de fevereiro/23, o presidente destacou a cautela que foi na análise realizada em janeiro, visto que, ainda que o desempenho destes dois índices foi muito bom em janeiro e fevereiro, no acumulado de 12 meses ainda permanecem o CDI e o IRF-M1 com os de melhor rentabilidade (13,00% e 12,81% respectivamente) enquanto o Ibovespa e o IGC tiveram resultado de 12 meses de -7,26% e -8,70% no mesmo período. O presidente resolveu ainda destacar o desempenho do Fundo CAIXA JUROS E MOEDAS MULTIMERCADO LP – CNPJ 14.120.520/0001-42, cuja rentabilidade no mês de fevereiro foi 0,82%, e acumulado de 13,20% nos últimos 12 meses ou 101,54% do CDI. Iniciou-se a análise da conjuntura econômica, a partir dos relatórios das principais casas de investimento o qual o IPMS possui relacionamento e que disponibilizem relatórios de análise de cenário de forma pública. (item 10). Para análise da perspectiva do cenário para investimento, o presidente destacou os comentários do relatório Síntese Mensal de fevereiro/2023 do Bradesco, onde houve o destaque do último comunicado do Copom, que manteve a taxa básica em 13,75%. O Banco Central mantém a preocupação com as pressões inflacionárias globais, possíveis estímulos fiscais domésticos adicionais e um hiato do produto mais apertado que o utilizado pelo comitê, principalmente no mercado de trabalho. Além disso, o Copom enfatizou que acompanhará com especial atenção os desenvolvimentos futuros da política fiscal e, em particular, seus efeitos nos preços de ativos e expectativas de inflação. Por outro lado, entre os riscos de baixa, o texto ressalta a queda adicional dos preços das commodities internacionais em moeda local, da desaceleração da atividade

global mais acentuada do que a projetada e da manutenção dos cortes de impostos projetados para serem revertidos em 2023. Diante das projeções e dos riscos analisados, o Copom decidiu manter a taxa básica de juros em 13,75%, avaliando que a manutenção da taxa de juros nesse patamar por um período mais prolongado que o cenário de referência será capaz de assegurar a convergência da inflação. Ao mesmo tempo, o Comitê destacou que a conjuntura atual de incerteza no âmbito fiscal e com as expectativas de inflação exibindo deterioração em prazos mais longos desde a última reunião, elevam o custo da desinflação necessária para atingir as metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Em seguida o presidente destacou o Boletim RPPS da CEF, o qual informa que no mês de fevereiro/2023 o ambiente externo foi marcado por surpresas altistas nos indicadores de atividade e inflação na economia americana. Os dados reforçam que o mercado de trabalho segue apertado e, em conjunto com a inflação, se mostrando resiliente e aumentando a possibilidade de o FED prolongar o ciclo de aperto monetário, mantendo em pauta os riscos de recessão. Na Europa o setor de serviços também tem se mostrado bastante resiliente, estimulando a economia e colaborando para aumento nas projeções do PIB. Com esse cenário, cresce a expectativa de mais altas de juros a fim de conter a atividade que continua pulsante. A China, que está com uma economia enfraquecida devido as crises do setor imobiliário e das tensões diplomáticas com os EUA, vai passar pelo desafio de tentar reaquecer a atividade, através do estímulo ao consumo interno, utilizando a poupança acumulada da população durante os períodos de lockdowns. O cenário doméstico foi marcado pelo debate em torno de uma eventual mudança da meta de inflação. A discussão ocorre dentro de um cenário em que a meta de definida para 2024 será de 3%, em um contexto em que o BC não cumpriu as metas nos últimos 2 anos e corre o risco de não entregar a meta em 2023. No âmbito fiscal, um dos assuntos mais debatidos foi sobre a recomposição dos impostos sobre combustíveis, culminando com uma recomposição parcial e envolvendo um acordo com a Petrobrás, reduzindo os preços dos combustíveis com impacto final sobre o preço ao consumidor. Essa somatória fez com que a curva de juros brasileira abrisse, com maior intensidade no miolo (prefixados). No caso das NTN-Bs, essas fecharam em toda a sua extensão devido a expectativa de maior inflação. Nesse contexto, dentre os subíndices ANBIMA, o IRF-M e IRFM 1+ apresentaram desempenho abaixo do CDI. Já o IRFM1, IDKA, IMAB5, IMAB e IMAB5+ ficaram acima do CDI. A perspectiva para o mês de março/2023 é que o cenário permaneça inalterado, com baixa alocação de risco nas carteiras dos fundos. Já no segmento de renda variável, o Boletim CEF de fevereiro/2023 informa que o Ibovespa apresentou desvalorização de 7,49% em relação ao mês anterior, fechando aos 104.932 pontos. No último mês, o índice devolveu a performance positiva de janeiro e, no acumulado do ano, o desempenho ficou negativo em 4,38%. Neste contexto, a performance desfavorável refletiu, sobretudo, o incremento da aversão ao risco dos investidores vis-à-vis o discurso do presidente do FED, que afirmou que o FOMC precisará de mais evidências do arrefecimento da inflação e que o Comitê está fortemente focado em retornar à inflação para a meta de 2%. Além disso, Jerome Powell afirmou que o nível de aperto monetário ainda não é suficientemente restritivo. No âmbito doméstico, o mercado segue acompanhando a comunicação do COPOM que manteve a indicação de que a convergência da inflação para as metas só se verifica quando a taxa básica de juros é mantida estável ao longo de todo horizonte relevante e que observou que o ambiente inflacionário ainda segue desafiador. Adicionalmente, no

mês, o Ibovespa também foi negativamente impactado pela discussão referente à uma possível revisão da meta de inflação e pela pressão para uma redução de juros, por parte do governo. Por fim, segue no pipeline a possível proposta da Reforma Tributária e novo Arcabouço Fiscal, que são importantes para melhorar a estabilidade e previsibilidade referente ao quadro fiscal. A perspectiva para o próximo mês é que o ambiente doméstico, apesar dos resultados eleitorais terem formado um legislativo mais conservador, que poderá atuar como limitador a uma agenda de expansão fiscal, vê-se um aumento relevante de incerteza acerca da trajetória fiscal, indicando uma deterioração expressiva no balanço de riscos. Passou-se à análise do Boletim Focus – Relatório de Mercado elaborado pelo Banco Central do Brasil de 24/02/2023 (item 11), onde verifica-se que o mercado projeta da taxa Selic de 12,75% para o fim de 2023, com elevação da taxa que estava em 12,50% há quatro semanas, o que projeta uma velocidade de queda mais lenta da taxa ao longo do ano. Para 2024 a projeção do mercado para a Selic passou de 9,50% há quatro semanas para 10,00%. O mercado manteve praticamente estável a projeção do PIB para 2023, sendo que há quatro semanas a taxa de crescimento projetada era de 0,80% e atualmente é de 0,84%. Para 2024 houve a manutenção da projeção de crescimento em 1,50%. A taxa de câmbio para 2023 foi mantida para 5,25 no período, enquanto em 2024 foi mantida em 5,30. A projeção da inflação IPCA para 2023 foi elevada de 5,74% há quatro semanas para 5,90% enquanto para 2024 o cenário de inflação também foi revisado para cima, de 3,90% há quatro semanas para 4,02%. Adicionalmente aos relatórios de análise, houve em 27/02/2023 Reunião com os representantes da CEF (item 12) destacando o atual cenário econômico e sugestões de alocação/relocações de investimentos, sendo recomendados o seguinte: i) diminuição da exposição em fundos pré acima de um ano (como o IRF-M 1+ e o IDKA 2A Pré) com o redirecionamento das aplicações em Fundos do tipo CDI, com preferência àqueles com carteira integralmente estruturadas em títulos públicos, visto que o risco de default de alguns títulos de crédito privado tem se mostrado bastante elevado, com alguns fundos do tipo DI apresentando rentabilidade negativa. Além disso, é recomendado a manutenção dos investimentos em renda variável, com exceção dos aportes referentes ao exterior. Explica-se a manutenção na renda variável pois as ações no Brasil têm se mostrado bastante desvalorizadas em relação às contrapartes no exterior, o que não é realidade no mercado internacional. Com isso a recomendação é de manutenção nos Fundos de Investimento em Ações Brasil, porém com o resgate, no que for possível nos Fundos exterior, especialmente os que tem exposição unicamente à Bolsa Americana (sem risco cambial). Explica-se esta preferência pelo fato que há a perspectiva de elevação na taxa de câmbio, o que é um fator importante em fundos do exterior do tipo BDR. Com isso, a Diretoria Administrativa e Financeira apresentou um relatório de posição de resgate dos fundos IRF-M 1+ e do Bolsa Americana Multimercado, com possível realocação dos investimentos (item 13). O Comitê concluiu que o cenário tem se mostrado bastante volátil com um movimento favorável em dois tipos de fundos de investimento: i) se houver preferência para manutenção de recursos em liquidez, a melhor opção seria o aporte nos Fundos do tipo CDI/Selic; ii) caso não seja necessário liquidez imediata nos recursos, a opção é o aporte nos Fundos de Vértice. Além disso, visando a diminuição do risco da carteira com manutenção da rentabilidade, o Comitê decidiu por anular as exposições em IRF-M 1+ na Carteira, e diminuir a exposição à Bolsa Americana por Fundos Multimercado, dando preferência a fundos multimercado cambial de caráter conservador. O Comitê de

Investimentos decidiu então pela REALOCAÇÃO de parte da Carteira do IPMS, a ser realizada da seguinte forma: i) RESGATE TOTAL das aplicações no CAIXA FI BRASIL IRF-M1+ TP RF LP – CNPJ 10.577.519/0001-90 com ii) APLICAÇÃO no CAIXA FI BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RF – CNPJ 05.164.356/0001-84; além disso proceder com o iii) RESGATE TOTAL das aplicações no FI CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA MM – CNPJ 30.036.235/0001-02, e iv) APLICAR o valor resgatado no CAIXA FI JUROS E MOEDAS MM – CNPJ 14.120.520/0001-42; v) em relação aos repasses das contribuições mensais APLICAR no CAIXA BRASIL 2024 IV FI TÍTULOS PÚBLICOS RF – CNPJ 20.139.595/0001-78; vi) para os demais ingressos de recursos APLICAR no CAIXA FI BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RF – CNPJ 05.164.356/0001-84. Para o pagamento de despesas administrativas RESGATAR do CAIXA BRASIL FI RF REFENCIADO DI LONGO PRAZO – CNPJ 03.737.206/0001-97 e para o pagamento das despesas previdenciárias RESGATAR do CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RENDA FIXA – CNPJ 23.215.097/0001-55. Consta como anexo a esta ata o Relatório da Diretoria Administrativa e Financeira – Material para a 2ª Reunião do Comitê de Investimentos elaborada em 06/02/2023 e seus anexos. Nada mais havendo foi encerrada às 11:30 horas a 3ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos de 2023 tendo, eu, João Ramos Junior, lavrado a presente Ata, que depois de lida, segue devidamente assinada pelos participantes.



Handwritten signatures in blue ink are present on the document. On the left, there are two horizontal lines. The top line is labeled 'Presidente do Comitê' and the bottom line is labeled 'Membro'. Between these lines is a large, stylized blue signature. On the right, there is a single horizontal line with a circular blue ink mark. Inside the circle, the word 'Relator' is written above a smaller signature.